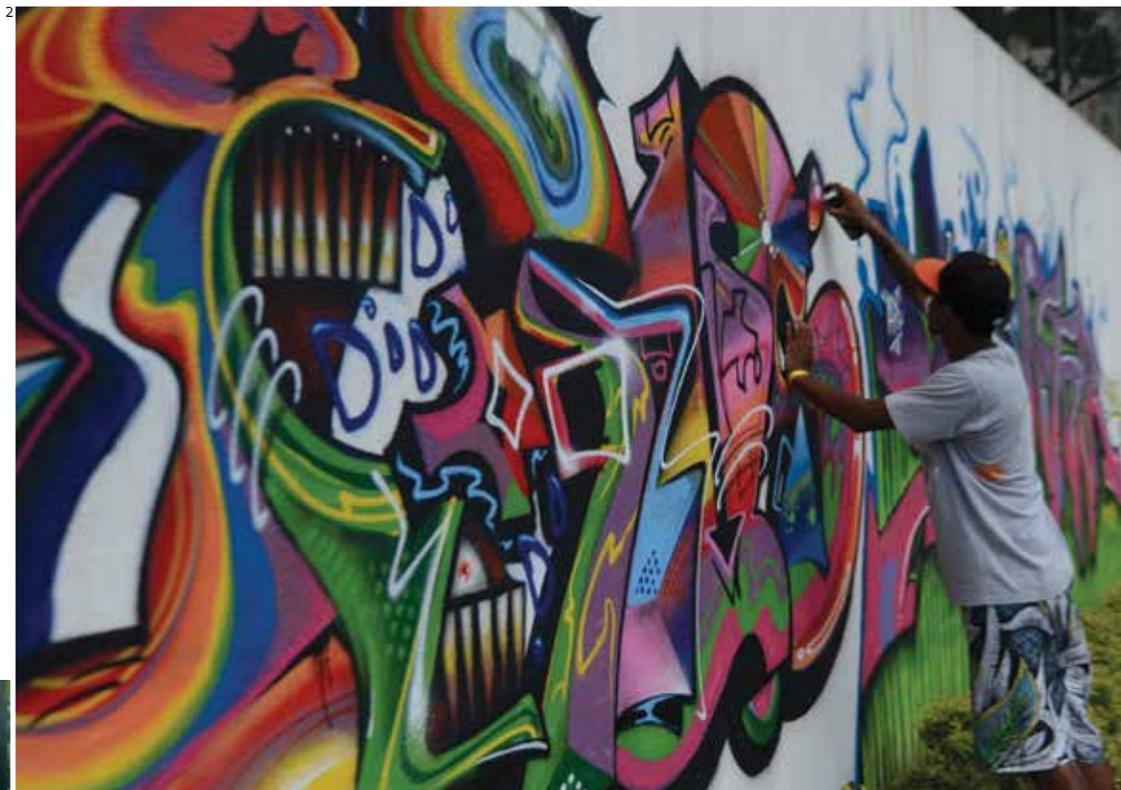


DAS MARGENS ÀS UNIVERSIDADES

No marco de seus 50 anos, movimento hip hop motiva pesquisas no Brasil em áreas como antropologia e educação

Christina Queiroz





Site da Universidade Harvard compila filmes, fotografias, panfletos, referências e outros itens sobre o movimento

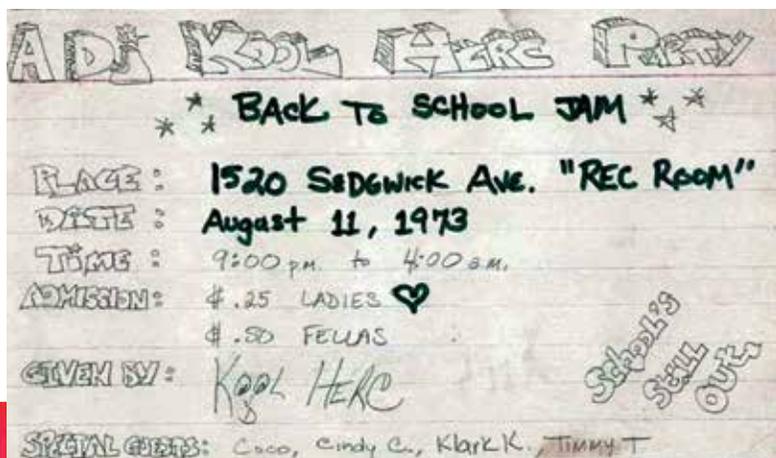


Dançarino de breaking (ao lado) e graffiti (acima): junto com o rap, as expressões artísticas compõem a cultura hip hop

Em episódio do podcast *Mano a mano* gravado em junho, Mano Brown e Thaíde conversam sobre mudanças observadas na Pedreira, bairro no extremo sul da cidade de São Paulo frequentado pelos dois rappers. “Esse lugar já teve um momento de muita pobreza. É claro que o olhar mais aguçado de um sociólogo vai encontrar ali mil defeitos, pois estamos falando de uma favela. Mas, para nós, é perceptível como o povo de lá lutou e prosperou”, comenta Brown, apresentador do programa. A menção que o cantor e compositor do grupo paulista de rap Racionais MC’s faz às diferentes formas de olhar para as periferias urbanas ilustra um movimento que vem se fortalecendo nos últimos 20 anos no país e envolve a apropriação do hip hop – movimento social, político e cultural que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 – como objeto de estudos em universidades brasileiras. Se antes essas expressões eram marginalizadas no contexto acadêmico do país, hoje, quando o movimento completa 50 anos no mundo, elas começam a ser vistas como “explicações sócio-históricas de como o Brasil funciona”, observa o antropólogo Waldemir Rosa, da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila).

O hip hop nasceu em Nova York, em áreas marcadas por situações de pobreza, violência, carência de infraestrutura e tráfico de drogas, e onde vivia grande parte da população negra e latina da cidade. Uma festa realizada em agosto de 1973 no bairro do Bronx, que contou com a discotecagem do DJ de origem jamaicana Kool Herc, é considerada o marco inaugural do movimento. Herc concebeu o som chamado de *break*, ou quebra, introduzindo sonoridades ou mudando o ritmo de músicas por meio de equipamentos de mixagem de discos. No mesmo evento, participantes começaram a improvisar rimas a partir dessas músicas, criando o rap, sigla que condensa as palavras *rhythm and poetry* (ou ritmo e poesia). Além da música, o hip hop engloba as expressões artísticas *graffiti*, *breaking*, estilo de dança urbana criado por bailarinos com base no break, dentre outras.

De acordo com a socióloga Daniela Vieira dos Santos, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), o hip hop surgiu no Brasil na década de 1980 a partir do *breaking*, vinculado à veiculação de filmes de ficção norte-



Convite para festa que marcou a criação do movimento hip hop há 50 anos e o DJ Kool Herc em Nova York, em 2019

Acervo Afro Cebrap reúne material doado por colecionadores, artistas e militantes do movimento negro



-americanos sobre esse estilo de dança, entre eles *Wild style* (1972), de Charlie Ahearn, e *Beat street* (1984), de Stan Lathan. Nesse período, na capital paulista, integrantes do movimento, chamados de hip hoppers, dançavam em festas chamadas de bailes black. No final daquela década, esses eventos também passaram a acontecer na estação de metrô São Bento e na rua 24 de maio, no centro paulistano, que se tornaram pontos de encontro de integrantes do movimento. “A primeira expressão artística que chegou até os jovens participantes dos bailes black foi o estilo de dança urbana *breaking*, seguido pelo rap. Da mesma forma que nos Estados Unidos, as pessoas no Brasil se envolviam com essa produção cultural para fugir

do contexto de violência e precariedade das periferias”, recorda Rosa, da Unila.

Entre as diferentes expressões artísticas que o hip hop engloba, foi o rap que mais se destacou em todas essas décadas, devido à maior facilidade de circulação da música, conforme a professora da UEL. Os primeiros discos do gênero gravados no Brasil foram as coletâneas *Hip hop cultura de rua* (1988) e *Consciência black – Volume 1* (1988). Lançada pela gravadora Zimbabwe Records (SP), nessa última o grupo Racionais, que surgiu naquele mesmo ano e também é composto por Ice Blue, Edi Rock e KL Jay, registrou duas músicas: “Tempos difíceis” e “Pânico na zona sul”. Além disso, na mesma coletânea, Sharylaine lança a música “Nossos dias”. Segundo Vieira dos Santos, ela foi a primeira mulher a gravar um rap no Brasil. Nesse período, de acordo com a professora da UEL, foram criadas as primeiras posses na cidade de São Paulo, ou seja, grupos que atuavam para disseminar os princípios da cultura hip hop pelos bairros e também para formar politicamente a juventude periférica, propondo medidas para

superar desigualdades. “O rap se consolidou como gênero musical no final da década de 1990, especialmente por causa do sucesso do Racionais, considerado o principal grupo de rap do país, quando lançou o álbum *Sobrevivendo no inferno* [1997]”, avalia a socióloga.

A respeito dos Estados Unidos, o pesquisador Gabriel Gutierrez, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conta que os trabalhos acadêmicos sobre o hip hop floresceram na década de 1980, associados ao campo de estudos africanos, sobretudo na sociologia da cultura. “Foi uma vertente específica do rap, o rap afrocêntrico, de forte teor político e que tem no grupo Public Enemy um de seus principais representantes, que impulsionou a entrada do hip hop em circuitos acadêmicos”, afirma Gutierrez, que pesquisa o movimento há cerca de 10 anos. Segundo o estudioso, muitos desses grupos de rap afrocêntrico eram formados por pessoas pretas de classe média e universitários de Nova York. “Elas criavam músicas de contestação que podiam desagradar os políticos e a polícia, mas, mesmo assim, foram absorvidas pela indústria cultural. Contratados por grandes gravadoras, esses artistas eram convidados para participar de programas de televisão e estavam sempre na mídia”, diz.

No Brasil, os primeiros trabalhos acadêmicos sobre o hip hop foram escritos na década de 1990. Uma das pesquisas pioneiras é a tese de doutorado “Invadindo a cena urbana dos anos 1990 – Funk e hip hop”, defendida na UFRJ em 1998 pelo historiador Mícael Herschmann. Hoje, ele é supervisor do estágio de pós-doutorado de Gutierrez na mesma instituição. Dentre os trabalhos inaugurais, segundo o musicólogo Walter Garcia, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), está a tese de doutorado sobre rap na cidade de São Paulo concluída em 1998, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pelo antropólogo José Carlos Gomes da Silva, atualmente professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Outro exemplo é a dissertação de mestrado da pedagoga Elaine Nunes de Andrade sobre rap e educação, desenvolvida na Faculdade de Educação (FE) da USP e finalizada em 1996. Garcia começou a estudar o rap a partir dos discos *Raio X do Brasil* (1993) e *Sobrevivendo no inferno* (1997), do Racionais, e depois de ler dois números da revista *Caros amigos*. O primeiro trazia uma reportagem sobre Mano Brown e o segundo era um especial sobre hip hop, elaborado a partir de trabalho de conclusão de graduação do antropólogo Spency

Kmitta Pimentel, atualmente professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). “A minha intenção era e continua sendo fazer a crítica da estética do Racionais no quadro de um estudo mais amplo, o da canção popular-comercial no Brasil”, afirma Garcia. *Holocausto urbano* (1990) é o primeiro álbum solo do grupo, cuja discografia completa é composta por oito títulos e duas coletâneas. Segundo o musicólogo, apesar de diferenças entre os discos, “o valor artístico do Racionais se constrói pela adequação entre a técnica de feitura de cada obra e o tema cantado”. Para Garcia, a técnica de feitura se refere ao trabalho artístico com vários elementos: “Escolha das palavras, rimas, figuras de linguagem, literalidade, recursos narrativos, construção e interpretação de personagens, flow, samples, acompanhamento musical, balanço”.

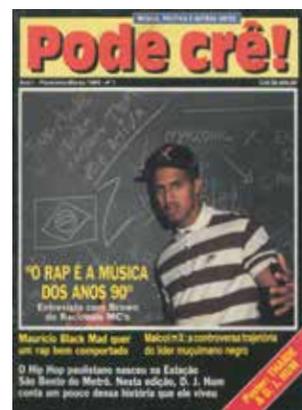
O sociólogo Richard Santos, da UFSB, observa que, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, canais televisivos brasileiros passaram a veicular entre as décadas de 1980 e 1990 programas sobre o hip hop, o que mobilizou o interesse de jovens por pesquisar o assunto. Santos, também conhecido como Big Richard, atuou como divulgador cultural do movimento e de culturas periféricas no Rio de Janeiro e em São Paulo, além de dirigir e apresentar programas de televisão em diferentes canais da TV aberta. Hoje pró-reitor de Extensão e Cultura da UFSB, ele esteve à frente do processo de outorga do título de doutor *honoris causa* concedido a Mano Brown no começo de novembro.

Porém a temática do hip hop ganha fôlego na academia após a promulgação da Lei nº

10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação, de acordo com Rosa, da Unila. Impulsionadas pela criação de ações afirmativas em universidades brasileiras, que fomentaram a entrada de populações negras e periféricas em espaços de produção do conhecimento, as primeiras pesquisas da década de 2000 procuraram analisar as relações entre o hip hop e identidades raciais em campos como sociologia, história e literatura. Em um segundo momento, prossegue Rosa, o hip hop passou a ser estudado por pesquisadores do campo da antropologia urbana com enfoque principal nas identidades juvenis e racializadas, como é o seu caso. Assim, no mestrado, concluído em 2006 na Universidade de Brasília (UnB), ele investigou o processo de construção de masculinidades heterossexuais jovens e negras em letras de rap de grupos de periferias em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, entre outros lugares. Já no doutorado, defendido na UFRJ em 2014, o antropólogo analisou as relações entre o hip hop e o poder público. “Identifiquei que no decorrer dos anos 2000 organizações e associações se profissionalizaram, criando CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica] para acessar linhas de financiamento público de fomento a atividades culturais e comunitárias”, conta Rosa. Segundo ele, depois de 2010, como continuidade do processo de entrada do movimento no meio acadêmico, o hip hop começou a experimentar uma virada epistemológica e ser compreendido como uma possibilidade para explicar o funcionamento e a história da sociedade brasileira.

A entrada do hip hop como objeto de estudos na academia está alinhada com um processo cada vez mais intenso de

Primeira revista brasileira especializada em hip hop traz Mano Brown na capa, em 1993



Thaíde e DJ Hum se apresentam durante festival em São Paulo, em 1999. Ao lado, artista pioneira da cena nacional, a rapper Sharylaine em retrato de 2023





A Casa Sueli Carneiro disponibiliza documentos sobre a história do hip hop

institucionalização do movimento. Para se ter ideia, o *breaking* será uma modalidade olímpica a partir das Olimpíadas de Paris, em 2024. No Brasil, fazem parte dessa tendência o estabelecimento de decretos estaduais e municipais para reconhecê-lo como patrimônio cultural, o desenvolvimento de linhas de financiamento público, a criação de museus e centros culturais. Com investimentos de R\$ 6 milhões, o Ministério da Cultura (MinC) lançou em outubro um edital para reconhecer e valorizar a cultura hip hop. Em julho o movimento se tornou patrimônio cultural e imaterial do Distrito Federal, por meio da Lei nº 7.274, e, no momento, a cidade de Campinas (SP) prepara a publicação de decreto similar. O governo do Rio Grande do Sul prevê inaugurar em dezembro o Museu da Cultura Hip Hop, em Porto Alegre. O espaço fica em uma área de 4 mil metros quadrados onde antes funcionava uma escola. Concebida pelo rapper Rafael Rafuagi, a iniciativa reuniu um acervo de cerca de 10 mil itens, incluindo instrumentos, toca-discos, panfletos e outros documentos, por meio de um levantamento e da coleta de material realizada em diferentes regiões gaúchas. “Além

disso, acabamos de entregar um inventário participativo da cultura hip hop existente em cada estado do país para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [Iphan], solicitando que ela seja patrimonializada”, conta Rafuagi. A patrimonialização é uma ação que visa fomentar o desenvolvimento de expressões artísticas e históricas por meio

da valorização e da revitalização de determinadas culturas.

“O hip hop conseguiu se legitimar na sociedade mesmo enfrentando historicamente situações de preconceito”, afirma a antropóloga Jacqueline Lima Santos, da Unicamp e uma das organizadoras do Festival Internacional Hip Hop 50, realizado pela instituição em novembro, para celebrar o cinquentenário do movimento no mundo. Lima Santos coordena, junto com Vieira dos Santos, da UEL, um selo editorial na Editora Perspectiva focado em publicações sobre hip hop. Em 2021, elas traduziram o livro *Barulho de preto: Rap e cultura negra nos Estados Unidos*, da socióloga norte-americana Tricia Rose, publicado originalmente em 1994, como resultado de estudos pioneiros elaborados sobre o tema naquele país. Já em 2023, elas editaram a coletânea *Racionais MC's – Entre o gatilho e a tempestade*, para compilar estudos e reflexões acadêmicas sobre o grupo de rap realizados no Brasil nos últimos anos. “Por meio dessas publicações, de atividades em universidades e do diálogo com artistas do movimento queremos ampliar o campo de estudo sobre o hip hop no país”, diz Lima Santos. Por sua vez, na análise de Vieira Santos, da UEL, os estudos precisam se aprofundar em questões como o protagonismo feminino. “Desde o início, o hip hop contou com a presença de artistas mulheres. Porém elas costumavam ficar à margem das atividades e muitas foram invisibilizadas”, destaca a pesquisadora.

Graduado em letras e pedagogia, Arthur Dantas Rocha, autor do livro *Racionais MC's – Sobrevivendo no inferno* (Editora Cobogó, 2021) investiga como o grupo paulistano foi recebido



Acima, Mano Brown recebendo título de doutor *honoris causa* e, ao lado, graffiti da dupla paulistana OSGEMEOS



pela imprensa e por setores culturais entre o lançamento dos discos *Raio X do Brasil* e *Sobrevivendo no inferno*. “Na época, as obras já eram conhecidas e celebradas nas periferias, mas havia uma desconfiança generalizada em relação ao rap, então um gênero musical subvalorizado”, relata Rocha. “Inclusive, muitos adotavam um discurso racista e afirmavam equivocadamente que os integrantes do Racionais eram ex-presidiários.” Por outro lado, diz, artistas como Caetano Veloso e Chico Buarque destacaram o valor dos trabalhos do grupo, na contramão de grande parte da imprensa.

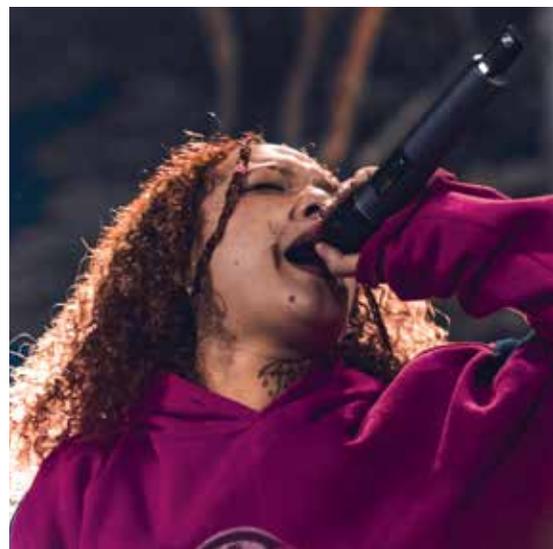
Essa visão começou a mudar na primeira década dos anos 2000, motivada por diferentes fatores. Um deles foi quando o rap começou a vivenciar um processo de profissionalização, depois que rappers como Emicida abriram produtoras dedicadas a administrar suas carreiras artísticas. Em pesquisa de pós-doutorado financiada pela FAPESP e concluída em 2019 na Unicamp, Vieira dos Santos, da UEL, identificou que o gênero musical passou a ocupar um novo lugar social e simbólico na sociedade a partir desse processo de profissionalização, constituindo o que ela denominou de “a nova condição do rap”. À conclusão similar chegou o sociólogo Felipe Oliveira Campos em pesquisa de mestrado, finalizada em 2019 na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP. “Na década de 1990, os shows de rap eram marcados por uma condição de precariedade e costumavam atrasar por horas. As produtoras ajudaram a mudar esse cenário”, reforça Campos. O documentário *Racionais: Das ruas de São Paulo pro mundo*, dirigido por Juliana Vicente e lançado em 2022, aborda esse processo. No mestrado, Campos pesquisou a Batalha da Matriz de São Bernardo do Campo (SP). Criado em 2013, o evento acontece semanalmente em frente à igreja central da cidade, lugar conhecido por receber manifestações de trabalhadores na época da ditadura militar (1964-1985). A batalha chega a reunir por edição mais de mil pessoas, muitas delas jovens de municípios da Região Metropolitana de São Paulo, que promovem batalhas de rimas e fazem canções improvisadas de rap.

Hoje, segundo Gutierrez, da UFRJ, o mercado musical do rap é complexo e multifacetado, abrangendo desde músicas politizadas até românticas. “Mesmo com as diferenças, um elemento em comum na poética dessas canções é fazer crônicas da vida na rua e nos bairros em que os artistas vivem ou nasceram”, comenta o pesquisador, que no estágio de pós-doutorado investiga o mer-

cado do rap no Brasil, especialmente, no Rio de Janeiro. No estado, o *miami bass*, vertente do rap proveniente da Flórida, nos Estados Unidos, influenciou os primeiros rappers. “Esse estilo musical é muito dançante e tem elementos latinos. Chegou aos subúrbios do Rio e à baixada fluminense nos anos 1970 e se encontrou com o samba enredo, o candomblé e a umbanda, dando origem mais tarde ao funk carioca e também aos primeiros momentos da cena hip hop”, explica.

No Brasil, diferentes pesquisadores têm trabalhado com o hip hop como ferramenta pedagógica em escolas, como é o caso da psicóloga Mônica Guimarães Teixeira do Amaral, da Faculdade de Educação da USP. Em pesquisa financiada pela FAPESP e concluída em 2018, ela constatou que as leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em escolas, não eram cumpridas em grande parte das escolas de São Paulo. No estudo, Amaral desenvolveu metodologias e estratégias para efetivar a incorporação da legislação por instituições de ensino. Ao fomentar o intercâmbio entre a cultura escolar, expressões do hip hop e docências compartilhadas entre artistas e professores, a pesquisadora propõe ações para trabalhar com conteúdos de história da África, além de culturas afro-brasileiras e urbanas em currículos do ensino fundamental.

O rapper Daniel Garnet, formado em educação física e doutorando na FE-USP, também trabalha com proposta similar. Em suas pesquisas acadêmicas, ele criou metodologias para utilizar batalhas de rima, também conhecidas como duelos de MC's, em processos pedagógicos. Assim, em oficinas ministradas na USP, em escolas públicas e na Fundação Casa, ele se vale do gênero musical para abordar métricas de versos na poesia, rimas e figuras de linguagem, assim como ministrar aulas sobre história da África e do Brasil. “As batalhas de rap e o *breaking* ocupam lugar especial na cabeça dos jovens, que gostam de desafios e de testar seus limites. Além disso, elas constituem uma combinação entre o universo das artes e da educação, ajudando a despertar o interesse de estudantes por diferentes disciplinas escolares”, finaliza Garnet. ■



Rapper canta na Batalha da Matriz, em São Bernardo do Campo (SP)